

**PROGRAMA DE GOVERNO - PSTU**

**O MARANHÃO PRECISA DE UMA  
REVOLUÇÃO SOCIALISTA**



## **PROGRAMA DE GOVERNO**

**RAMON ZAPATA GOVERNADOR**

**NICINHA DURANS VICE**



### **Propostas para construir um Maranhão para os trabalhadores**

#### **Introdução**

Mais uma vez vamos participar do processo eleitoral. Afirmamos que só a luta muda a vida, e que está nas mãos dos trabalhadores e das trabalhadoras, da juventude, dos negros e negras, dos indígenas, Lgbt's, ou seja, dos explorados e oprimidos, proceder as transformações que o Brasil e o Maranhão precisam. Vivemos um momento histórico complexo. O Brasil está mergulhado numa crise estrutural e conjuntural. O PIB despencou em quase 10% e não consegue retomar o crescimento que garanta estabilidade e melhoria social. Isso repercute fortemente nos estados, alguns estão quebrados, a exemplo do Rio de Janeiro, consequência das opções feitas pelos governos e pela corrupção.

O Maranhão é um dos estados mais empobrecidos da federação brasileira, apresentando indicadores sociais e econômicos semelhantes aos dos países mais pobres do planeta. Com Índice de Desenvolvimento Humano IDH: 0,639 (2010), ocupa a 26ª posição no país. Esse IDH é pior que países como Botsuana, Gabão, Palestina, Vietnã e Iraque.

No que concerne à renda familiar *per capita* (*por membro da família*), nosso estado ocupa o último lugar no ranking nacional, segundo dados do IBGE é de R\$ 597 = US\$ 160 (2017). A média do país era de R\$ 1.268 em 2017. Importante registrar que a maior renda foi observada no Distrito Federal: R\$ 2.548, o dobro da média nacional e quatro vezes a renda do Maranhão.

Não é à toa que mais de 50% dos maranhenses recebem bolsa-família (980 mil famílias) - 3,89 milhões de pessoas. Renda média dessas famílias R\$ 208,18. No Maranhão, 52,4% das pessoas

estão em condições de extrema pobreza (rendimento mensal de até R\$ 387,15 por pessoa, em 2016) - última posição no *ranking* nacional, segundo o IBGE.

Esses dados são espantosos se pensarmos em todas as potencialidades do nosso território: População: 7.000.229 pessoas (2017), 10º maior população do país. Área territorial de 331.936,949 km², equivalente a Alemanha (357.021 km²) e superior a Itália (357.021 km²) e ao Reino Unido (244.820 km²).

Por outro lado, é importante asseverar que em 2017, enquanto a economia nacional cresceu cerca de 1%, o Maranhão teve o crescimento recorde de 9,7%, quase dez vezes mais. Esse resultado deve-se à expansão do agronegócio e extração de minérios. O estado retém no bolo nacional a fatia de 1,4% (2017), com um Produto Interno Bruto - PIB de 78 bilhões, 18º posição entre os estados. Já quanto ao PIB *per capita* é de R\$ 11.357,00 ocupa a 27ª posição, a última no ranking nacional. Estes dados demonstram que modelo de desenvolvimento maranhense apenas serve para enriquecer os que se beneficiam da exportação de commodities (agronegócio, minérios) e a população permanece na pobreza, expulsa de suas terras e do trabalho, e sem condições mínimas de sobrevivência.

O estado do Maranhão localiza-se numa zona de transição, apresentando aspectos geoeconômicos diferenciados: o **Sertão** – a região semi-árida, com vegetação de caatinga e mata de cocais, depressões, rios temporários, solo pedregoso e baixo índice de pluviosidade; a **Floresta Equatorial Amazônica** – cujas terras são férteis, possuindo rios perenes e elevado índice pluviométrico. Nessa região são expressivas a questão indígena e os conflitos agrários, economicamente destacam-se o extrativismo e a expansão agropecuária; o **Cerrado** – região de semi-árido e solo com baixa produtividade, onde está instalado o polo de produção de soja para exportação a partir de produtores do centro-sul do país; e o **Litoral**. O Maranhão possui a segunda maior costa marítima do país com cerca de 670 km. Tem uma área de mangue que atinge 500.000 hectares, o que significa praticamente 50% dos manguezais do país, com florestas que atingem até 40 metros de altura, possuindo a maior área contígua de manguezais. Além disso, o Maranhão possui uma rica bacia de rios perenes (Parnaíba, Itapecuru, Tocantins, Gurupi, Munin, Mearim, Pindaré, Maracáçumé, Turiaçu, Picumã, Preguiças, do Peraiá).

Todas essas potencialidades naturais contrastam com o empobrecimento e com a situação de miséria em que foi colocada a população maranhense. Condições de pauperismo que não tem causas naturais, mas sim um processo histórico marcado pela exploração, opressão e humilhação do nosso povo, com a apropriação da riqueza pelas oligarquias e poderosos, ora Vitorinismo, ora Sarneys (estes últimos perduraram por quase 50 anos) e, agora, a Dinista. Importante registrar que, apesar da queda da oligarquia Sarney, o governo Flávio Dino não está sendo capaz de modificar esse quadro, seguindo o mesmo modelo de crescimento econômico de privilegiamento do grande capital nacional e transnacional.

O estado tem sido um espaço importante, de expansão da fronteira de exploração pelo imperialismo, onde encontram força de trabalho abundante e disponível a baixo custo, natureza (energia, águas, fauna, flora, minérios, matérias-primas diversificadas), burguesia e governos completamente submissos. Assim, foi incluído na nova divisão internacional do trabalho nos anos 1980, como espaço de transnacionalização do capital: espaço de transformação de minérios pelas empresas CVRD, ALUMAR, METALMAN; implantação da Base Espacial em Alcântara, as siderúrgicas na Região Tocantina, Pindaré e Rosário além da dinamização do setor primário (modernização da agricultura, expansão da pecuária para exportação).

Importante também registrar a localização estratégica da Ilha de São Luís e a capacidade portuária para exportação marítima dos produtos; e também por elementos de ordem política:

interesses de grupos econômicos locais e estrutura oligárquica associada a interesses de grupos estrangeiros, assim como a intervenção decisiva do Estado, criando todo um conjunto de políticas consoante com os interesses desses grupos.

Todas essas potencialidades econômicas estão na mira do capital nacional e internacional que visam, nas próximas três décadas, promover uma verdadeira rapina dos recursos naturais existentes, a exemplo do minério, recursos hídricos, petróleo, gás natural, entre outros. Podemos presenciar o maior saque de riquezas de toda a nossa história diante do rápido processo de recolonização que sofre todo o país.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos ajuda a compreender que, apesar da situação diferenciada do ponto de vista socioeconômico, o estado assume tarefas bem específicas na dinâmica global do grande capital internacional: fornecedor de matérias-primas e *commodities* (soja, celulose e minérios).

Diante desse quadro, é que o PSTU participará das eleições 2018 para denunciar a condição de vida do nosso povo, e apresentar um programa classista e socialista para a classe trabalhadora, convocando-a a se rebelar contra o atual estado de coisas. São os trabalhadores e trabalhadoras que produziram e produzem a riqueza deste estado, cabe ao povo trabalhador maranhense usufruir dessa riqueza e das potencialidades existentes em nosso território.

Sabemos que as eleições sempre foram um jogo de cartas marcadas, no qual ganha quem leva os milhões das grandes empresas, bancos e empreiteiras. Uma vez eleitos, governam para aqueles que os financiaram. O PSTU, ao contrário, não joga qualquer ilusão nesse processo. Nossas candidaturas estarão a serviço das lutas, assim como do fortalecimento de uma alternativa socialista, não só eleitoral, mas principalmente para a ação direta da classe.

Isso vale tanto para a campanha eleitoral quanto para nossos eventuais mandatos. Queremos ter parlamentares para denunciar esse sistema, defender e fortalecer as lutas. Nossa estratégia é levar os próprios trabalhadores ao poder, para que governem por si próprios através de suas organizações e conselhos populares.

Por isso, os nossos parlamentares são diferentes. Rejeitam os altos salários e privilégios do parlamento. Como exemplo concreto, todos os parlamentares que o PSTU conseguiu eleger viveram com os mesmos salários que viviam antes de serem eleitos, ou com um salário de um operário médio. Defendemos que todos os parlamentares recebam o salário equivalente ao de um operário qualificado e que seus mandatos possam ser revogados a qualquer momento. Ou seja, se algum político prometeu algo e, uma vez eleito, fez outra coisa, a população deve ter o direito de tirar o seu mandato.

Nossa campanha, juntamente com as candidaturas de Vera Lúcia e Hertz Dias à presidência da República, defenderá outro projeto de Maranhão e de Brasil, rompendo com o predomínio do agronegócio, dos latifundiários e dos “coronéis”. Um Maranhão livre da oligarquia e livre de governos de conciliação de classes, como o de Flávio Dino. Este que foi eleito com as esperanças do nosso povo de ver e viver dias melhores, mas mantém o padrão de favorecimento dos ricos, um crescimento econômico que passa por cima das comunidades tradicionais, como fizeram na instalação de grandes projetos no estado, e, mais recentemente, na retirada da Comunidade Vila Madureira para instalação da termelétrica poluidora do Itaqui e na busca por excluir do mapa a comunidade Cajueiro e as 12 comunidades que lutam pela criação da Resex Tauá-mirim, a partir da perspectiva de instalação de um novo porto privado e de novos investimentos.

Queremos um governo dos trabalhadores, construído nas ruas, nas lutas e nas mobilizações, e para isso apresentamos nossas propostas.

## **Propostas de campanha:**

### **1. Auditoria da dívida pública do Estado**

O Governo Federal gastou em 2017 o percentual de 39,70% (quase metade) do seu orçamento de 2,483 trilhões de reais no pagamento da dívida pública (juros e amortizações), ou seja, de tudo o que o governo arrecada em impostos, quase metade vai para os bolsos dos banqueiros e investidores internacionais. Boa parte dos recursos que deveriam ser transferidos aos demais entes da federação são retidos para o pagamento da dívida dos Estados e municípios.

O Maranhão está endividado, através de grandes empréstimos tomados pelo Governo do Estado anteriores (Oligarquia Sarney) e atual (Flávio Dino/PC do B) para projetos de interesse das grandes empreiteiras e de políticos corruptos e não para a prestação de serviços de qualidade para população. Uma demonstração disso são os indicadores sociais que não evoluíram nas últimas décadas apesar do crescimento do endividamento do Estado.

As dívidas dos Estados também sofreram uma explosão com passivos de bancos (PROES) transformados em dívida pública, na década de 90. A Lei Kandir (gov. FHC/PSDB) que renegociou essas dívidas e impôs severas condições aos estados como perdas de receitas (ICMS), como no caso da exportação de commodities( agronegócio e minérios), principal atividade econômica do estado do Maranhão, sem que tivessem recursos correspondentes repassados pela União.

Segundo o movimento “Auditoria Cidadã da Dívida Pública”, somente no período de 1999 a 2015, já foram pagos mais de R\$ 277 bilhões de juros e amortizações dessa dívida com a União. Mesmo com esse pagamento absurdo, a dívida dos estados saltou de R\$ 93 bi para R\$ 476 bilhões. E a receita atual para garantir mais recursos públicos para os banqueiros é o esquema da “securitização de créditos” imposta nos “planos de recuperação fiscal” dos estados. Para confirmar esse esquema de repasse das verbas públicas para os banqueiros, a EC 95 que congelou os investimentos no serviço público (saúde, educação, etc) não incluiu dentre os setores congelados o pagamento da dívida, isto é, esses repasses para os banqueiros podem continuar aumentando ano após ano.

No Maranhão, até julho de 2018, já foram pagos mais de R\$ 1, 5 bilhão de encargos financeiros, que inclui juros/amortização da dívida para os bancos. Esse valor corresponde a aproximadamente 25% do total do orçamento executado este ano, recurso superior ao que foi gasto com educação(R\$ 1,2 bi), saúde(1 bi) e moradia(insignificantes R\$ 3 milhões), como exemplos.

Por tudo isso, defendemos a suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública do Estado e de todos os empréstimos tomados pelo Governo do Estado nos últimos anos e a responsabilização e punição de todos os administradores públicos e empresas envolvidas em atos de improbidade com o dinheiro público.

### **2. Melhoria dos serviços públicos e reajuste salarial para os servidores públicos**

Para garantir o pagamento da dívida pública, o Governo do Estado se comprometeu com seus credores a limitar as despesas com o serviço público e salários dos servidores, apesar de ser um dos estados que menos gastam com pessoal em relação ao percentual da receita corrente líquida(RCL). Por isso, vem praticando uma política de precarização dos serviços públicos oferecidos à população, um arrocho salarial aos servidores e descumprimentos de uma série de acordos com várias categorias como policiais militares, professores e servidores do Judiciário estadual. Com os professores chegou ao ponto de desrespeitar a lei do piso salarial e o estatuto do magistério, e a categoria segue tendo perdas inflacionárias nos seus reajustes salariais. A Lei de Responsabilidade Fiscal promulgada no

governo FHC (PSDB) e continuada nos governos Lula e Dilma (PT) não prima pela qualidade social no serviço público e a população e servidores seguem tendo um serviço público precarizado em detrimento de verbas públicas para banqueiros e investidores.

Defendemos imediatamente o cumprimento integral dos acordos realizados com as categorias do serviço público estadual, concurso público para todas as áreas, atualização dos planos de carreira do funcionalismo estadual e garantia dos pagamentos dos precatórios que os servidores têm direito, mas que não é pago pelo governo estadual. Defendemos aumento real de salário para servidores estaduais. Somos contra qualquer política de isenção e renúncia fiscal para empresários e defendemos o imposto sobre grandes fortunas. Que os ricos paguem pela crise.

### **3. Reestruturação, reestatização das empresas e companhias estaduais privatizadas e liquidadas**

Realizaremos a reestruturação e reestatização das empresas e companhias estaduais privatizadas e liquidadas levadas a cabo durante os governos da Oligarquia Sarney. Marca desse processo de destruição e entrega do patrimônio dos maranhenses ao capital privado foi a entrega de empresas como a Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão - COPEMA, a CEMAR e o Banco do Estado do Maranhão (BEM), este último, que deveria cumprir um papel de fomento e apoio creditício e financeiro ao desenvolvimento socioeconômico do estado, foi vendido a um preço bem abaixo dos valores gastos com seu saneamento (333 milhões).

Criaremos meios para a reestatização da CEMAR, revogação da privatização do BEM e criação de uma companhia nos moldes da COPEMA, além de um fortalecimento da CAEMA pública e de qualidade, para que possam servir aos interesses do estado e da grande maioria da população.

### **4. Reforma e Revolução agrária**

O Maranhão é um dos estados com maior índice de violência no campo, resultado da grande concentração de terra e do avanço do agronegócio. Além das raízes históricas da apropriação de terras no Brasil através das sesmarias, do latifúndio monocultor que vigorou em todo Brasil no período colonial e imperial, vale destacar a Lei de Terras de 1969 do governo Sarney, aliado da ditadura militar, que aprofundou a concentração fundiária através da venda das terras maranhenses a grandes empresários do sul e sudeste, desconsiderando toda a população que nelas viviam há várias gerações. Isso acentuou a violência, a grilagem de terras e a expulsão dos trabalhadores, apoiada pelo aparato estatal (governo, cartórios, judiciário e polícia).

Estudo realizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) demonstram que de 1985 a 2017, 157 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo no estado do Maranhão, a maioria lideranças indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. Absurdamente apenas 5 casos foram julgados. O Maranhão ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional, atrás apenas do Pará.

Nenhum governo burguês foi capaz de realizar a reforma agrária no Brasil e no Maranhão, nem mesmo os governos do PT. Lula afirmou que faria a reforma agrária de uma canetada e desapropriou menos que FHC. No governo Dilma houve uma paralisia sobre o tema, e o seu vice Temer age pior ainda.

Precisamos de uma verdadeira reforma e revolução agrárias, para garantir trabalho e renda, alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir territórios aos seus verdadeiros donos e quem realmente produz.

É preciso enfrentar o latifúndio agroexportador. Combater a grilagem, as milícias e a pistolagem, julgar e prender os assassinos e mandantes dos crimes.

Apoiamos as retomadas dos territórios por indígenas quilombolas, quebradeiras de coco, pequenos agricultores e ribeirinhos.

## **5. Agricultura e Pesca**

A agricultura e pesca estão abandonadas no estado, pois o investimento governamental é no agronegócio e em grandes projetos agrícolas para o grande capital. O governo Roseana Sarney desestruturou todo o sistema de apoio e assistência técnica aos pequenos agricultores.

O PSTU fará um novo zoneamento agrícola e ecológico que possibilitará verificar quais as melhores áreas para produção de várias culturas no estado, seguindo as peculiaridades de cada região, como o caso do aproveitamento integral do babaçu. O PSTU condena o uso de agrotóxicos e incentivará a agroecologia.

O PSTU fortalecerá a política e os órgãos de assistência técnica e extensão rurais e apoio financeiro por parte do Estado, com o objetivo de fornecer alimentos e matérias-primas à população e fortalecer a economia maranhense. A UEMA, que possui os cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia de Pesca, a AGED, o banco de fomento e demais órgãos estaduais, realizarão estas atividades.

O estado do Maranhão possui a segunda costa marítima do país, a maior área contígua de manguezais, uma bacia espetacular de rios perenes e lagos, além dos campos da Baixada. Mas o que assistimos é o pescador artesanal, os ribeirinhos vivendo à míngua. Assistimos à destruição, poluição dos nossos rios e marés, acabando com o pescado e manguezais. A lagosta e os peixes mais nobres de alto mar sendo explorados apenas por pescadores e empresas de outros estados, e incentivo a empresas com produções estranhas aos biomas aqui existentes, a exemplo da carcinicultura.

A atividade pesqueira, extratora e criatória, necessita de investimentos e infraestrutura para que aumente a produção, hoje bastante limitada e artesanal. Deve fazer parte de uma política que envolva toda uma cadeia produtiva, desde construção de estaleiros navais à elaboração de projetos econômicos e financeiros junto aos produtores. A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que possui um curso de Engenharia de Pesca, terá um papel fundamental neste processo.

## **6. Mais verbas do Orçamento Estadual para a Educação**

Nacionalmente, lutamos por 10% do PIB para a Educação Pública já, e não em 10 anos como previu/prevê o Plano Nacional de Educação do governo Dilma (PT). No Maranhão, o Governo Roseana Sarney gastava o mínimo legal com Educação (25% do Orçamento). O governo Flávio Dino também vem seguindo a receita da família Sarney. O orçamento de 2017 previu apenas 14% do seu montante para educação. As duas farsas diziam e dizem que priorizavam educação.

Essa farsa histórica e atual é responsável pela educação no Maranhão ser uma vergonha nacional com escolas em condições precárias, presentes sempre nas piores colocações dos exames nacionais e com um dos maiores índices de analfabetismo do país, evasão escolar, de acesso ao nível superior, para citar alguns exemplos: O Maranhão é o Estado com a segunda maior taxa de analfabetismo do país (16,7% em 2016 e manteve essa vergonha em 2017). De acordo com a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2017, 851 mil maranhenses não sabem ler e escrever um bilhete simples. A taxa de analfabetismo no Brasil é de 7% da nossa população; o Maranhão é o pior estado do Brasil no ranking de avaliação de escrita das crianças brasileiras.

O PSTU defende mais investimentos públicos na Educação Pública, elevando para, no mínimo, 10% do PIB estadual, realização de concurso público para professores e técnicos administrativos, melhoria e cumprimento do Plano de Carreira para a categoria, garantia da formação continuada, melhoria das condições de trabalho e na infraestrutura das escolas, escolas em tempo integral, eleições livres e democráticas para diretor de escolas com participação de pais, professores e alunos discutindo inclusive as regras do processo eleitoral.

Em relação à Universidade Estadual do Maranhão, devemos garantir sua autonomia administrativa e financeira, o repasse constitucional de 5% para a instituição, a incorporação da UNIVIMA, carreira própria e valorização dos técnicos-administrativos.

O IEMA deve primar pela qualificação profissional que realmente atenda os interesses das comunidades locais contribuindo para a melhoria de vida dos jovens e adultos do Estado, evitando que os mesmos sejam vítimas do trabalho análogo à escravidão. A maior parte dos trabalhadores resgatados nessas condições é originária do Maranhão.

O Estado deve primar pelo diálogo com a UFMA e o IFMA no sentido de coordenarem suas ações juntamente com governo estadual com vistas a contribuir no desenvolvimento social dos municípios maranhenses com piores IDH's registrados.

Por fim, somos contra a reforma do ensino médio e o Projeto Escola Sem Partido porque defendemos uma educação crítica e reflexiva que efetivamente contribua com a elevação da consciência de classe dos trabalhadores e seus filhos e filhas, discutindo e combatendo de forma articulada ao caráter de classe todas as formas de opressão: machismo, racismo, lgbtfobia. Pensamos que qualquer reforma na educação deve ser discutida com os profissionais da educação, com pais/mães/responsáveis e estudantes que nas últimas greves e ocupações demonstraram para todo o país que sabem o que querem para a educação pública.

## **7. Mais verbas do Orçamento Estadual para a Saúde**

A saúde pública definha no país. O estado perdeu quase 1/5 dos seus leitos entre os anos de 2005 e 2012 e ainda temos um dos maiores índices de mortalidade infantil do país e de incidência de várias doenças. Nos últimos três anos, conforme dados do SUS, houve um aumento de 12% em número de mortes em leitos no Maranhão (9.857 casos, em 2017). Os corredores dos hospitais da rede pública e privada estão superlotados e até parto é realizado na porta da maternidade.

O governo Flávio Dino mantém o modelo de privatização da saúde, entregando bilhões para empresas privadas gerirem a saúde pública. Empresas que não respeitam os profissionais, atrasando salários por meses, e prestando um péssimo serviço nas UPA's e hospitais. Os hospitais que foram construídos funcionam com muita precariedade, sem concurso público para profissionais da saúde e sem verbas de manutenção garantidas. Somos contra o repasse da gestão das unidades de saúde para a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), empresa de direito privado criada em 2012 no governo Roseana Sarney, cuja lei foi alterada pelo atual governador para prever contratação temporária, precarizando o trabalho dos profissionais. Isso só comprova a incompetência do governo atual e de todos os anteriores no trato da gestão pública da saúde, além de precarizar as relações de trabalho dos profissionais de saúde. Isso é privatização disfarçada.



A proporção de crianças menores de 5 anos abaixo do peso ideal em 2015 era de 6,46%, o que representava um universo de 134.845 crianças que apresentavam magreza acentuada e 129.889 que apresentavam magreza. O Maranhão foi um dos estados com os maiores índices de crianças menores de 5 anos abaixo do peso com 8,81% seguido pelo Piauí com 8,35% e Sergipe com 7,79%.

Em relação a mortalidade por enfermidades respiratórias na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, em 2014 foram registrados 2.869 casos, dos quais 55% estavam concentrados em seis Unidades da Federação, a saber: São Paulo (529 casos), Pará (252 casos), Rio de Janeiro (235 casos), Bahia (224 casos), Maranhão (191 casos) e Pernambuco (140 casos). Os óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos aumentaram no período de 2012 a 2016, de 2.102 casos para 2.294 casos.

Existe hoje um duplo processo de precarização e privatização dos serviços, expressão da falta de investimentos públicos no setor. Defendemos a aplicação de 10% do PIB Nacional para a Saúde já, cujos recursos poderiam vir do pagamento da dívida pública. Priorizaremos em nível estadual o aumento dos recursos no orçamento estadual, prioridade de investimentos na saúde preventiva, garantia de água tratada e esgotamento sanitário para a população, programa de atendimento domiciliar com equipes multiprofissionais, a realização de concurso público para os profissionais da saúde, o respeito à jornada de 30 horas.

## **8. Reforma Urbana e Plano de obras públicas para resolver o problema da moradia e emprego**

O Maranhão viveu nos últimos anos um verdadeiro *boom* imobiliário. Na esteira do Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em dezembro de 2013 pelo então presidente Lula. Na verdade, assistimos uma enorme transferência de recursos públicos para esse setor. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Verificamos também total desrespeito à natureza e ao bem-estar nas cidades. Casas e condomínios são construídos aterrando riachos e nascentes, destroem a cobertura vegetal de forma desenfreada, inclusive em áreas de proteção ambiental. Várias comunidades sofreram com os despejos forçados e persiste um dramático *deficit* habitacional. Em 2013 o Maranhão apresentava o *deficit* de 400 mil residências (25%), o maior do Brasil; possuía 84 mil habitações sem condições mínimas de moradia. Após a intervenção do Programa Minha Casa Minha Vida, e de 4 anos do governo Flávio Dino, o Maranhão permanece como o campeão em *deficit* habitacional 392 mil, com 23,1% das famílias sem um local para morar.

Defendemos um Plano de obras públicas para a construção de moradias, postos de saúde, escolas, avenidas e arruamento, saneamento básico, etc. que possa ao mesmo tempo avançar na questão de desemprego e na falta de habitações dignas para a população mais pobre.

## **9. Saneamento básico para todos**

O Maranhão ocupa as últimas posições do ranking do país no que se refere ao Saneamento Básico. Milhares de famílias ainda não possuem acesso à água encanada, esgoto tratado e coleta de lixo. Apenas 12,1% dos maranhenses tem acesso a serviço de esgoto. 56,2% tem acesso à água encanada. Segundo o Instituto Trata Brasil, com relação à água tratada, numa classificação entre as 100 maiores cidades do país, a nossa capital São Luís ocupa a 79ª posição, mesmo 88,02% dos habitantes tendo acesso a esse serviço. Acerca da coleta de esgoto apenas 47,9% da população tem acesso e somente 4,03% do esgoto produzido é tratado.

O PSTU denuncia o desmonte praticado pelos sucessivos governos na administração da CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão). Atualmente, boa parte dos serviços

da empresa estão terceirizados através de contratos superfaturados. Realizaremos a contratação dos concursados e realização de concurso público para por fim à terceirização.

Para universalizar o saneamento no Maranhão é necessário que o governo aporte recursos suficientes para revitalizar e garantir a ampliação dos sistemas de abastecimento/tratamento de água e esgotamento sanitário.

O PSTU fortalecerá a Caema com um modelo de gestão estadual, capaz de garantir custo médio e assim assegurar uma tarifa para o usuário mais acessível. Da mesma forma, assegurará melhores condições de trabalho e salário para os trabalhadores da empresa. Discutirá e implementará na Caema um modelo de gestão participativa dos trabalhadores e externamente garantirá a participação dos usuários nos conselhos de saneamento básico.

Buscará manter boa relação com os municípios a fim de que estes tenham seus planos de saneamento básico. A gestão do planejamento deve continuar sob responsabilidade dos municípios, assegurando a participação popular. O PSTU envidará esforços para reestatização do sistema nos municípios onde foram privatizados, como em Paço do Lumiar e São José de Ribamar. Saneamento é saúde e um direito, não é mercadoria.

## **10. Cultura**

O Maranhão possui uma grande diversidade de manifestações culturais que se apresentam durante todo o ano, mas, infelizmente, os artistas da terra são desvalorizados e um grupo seletivo da cultura local, que possui ligações políticas com o governo, controla todos os recursos.

O Estado não pode se apropriar da cultura, muito menos tentar instrumentalizá-la para usar em seu benefício. Tem o papel de estimular cada vez mais a criação, acesso e desenvolvimento das múltiplas expressões da cultura em nosso estado.

Implantaremos uma política de valorização da cultura, de forma democrática e igualitária, garantindo orçamento e financiamento para as práticas culturais, espaços públicos permanentes para as apresentações e buscando o pleno funcionamento do Conselho Estadual de Cultura.

O Estado deve construir centros culturais e organizar festivais artísticos como forma de estimular as diversas linguagens artísticas.

É preciso também ampliar a noção de cultura para inclusive respeitar o modo de vida das comunidades e populações tradicionais assegurando-lhes total capacidade de reprodução de sua existência, desde suas manifestações artísticas até seu modo de sobrevivência material ameaçado pelas iniciativas de grandes projetos econômicos de desenvolvimento, a exemplo da construção do porto privado no Cajueiro, comunidade tradicional da zona rural de São Luís que luta pela criação de uma reserva extrativista (RESEX Tauá Mirim).

## **11. Combate ao racismo, machismo e LGBTfobia**

Este ano completou 130 anos da abolição da escravidão. Fazendo um balanço da situação da população negra nesses 130 anos pode-se concluir que, apesar da população negra ter produzido toda a riqueza do país no período colonial e imperial por quase quatrocentos anos, após a abolição o Estado brasileiro racista não promoveu nenhuma política de reparação ou compensação pela escravidão. Ao contrário, o projeto desenvolvido foi de genocídio. A consequência: violência, genocídio, feminicídio, menores salários, desemprego, precarização, terceirização, informalidade, encarceramento, periferias sem condições dignas de moradia, etc.

Algumas reivindicações do povo negro foram postas em lei no Brasil, em especial nos anos do governos da frente popular (Lula Dilma). Dentre essas podemos citar: o estatuto da Igualdade Racial, as cotas para as universidades, a Lei 10.639 que institui o ensino da história da África e dos afro-descendentes no Brasil. Porém, isso em pouco modificou as condições reais da população negra de Norte a Sul do Brasil. Analisando os dados verificamos que a situação é gravíssima: dados da própria ONU revelam que de cada 10 pessoas assassinadas, 7 são negras. A cada 2 horas 5 jovens negros entre 15 a 29 anos são assassinados. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18,2%. 23 mil jovens negros são assassinados a cada ano. As jovens negras têm, na média nacional, 2,19 vezes mais probabilidade de serem assassinadas do que as jovens brancas. Brasil é o 5º maior em homicídio de mulheres. Em 10 anos o feminicídio decaiu em 9,8% entre as mulheres brancas e cresceu em 54% entre as negras (Mapa da Violência 2017/Flacson). Se olharmos para o encarceramento os dados mostram que em junho de 2016 a população carcerária era de 726.712, desses 68% são negros e 250 mil são presos provisórios. 75% são analfabetos, alfabetizados informalmente ou com o ensino fundamental completo. (Dados do Infopen). O Maranhão é um dos estados mais negros da federação, com cerca de 70% identificados como negros e pardos (segundo a classificação do IBGE).

Herança do período da escravidão que não foi superado, o Brasil é, ao contrário do que diz o mito da democracia racial, um país racista. O PSTU se orgulha de ter feito parte da história do movimento negro no Brasil e entende que a luta contra o racismo é uma luta de raça e classe. O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de reparação ao povo negro: titulação das terras dos quilombolas, fim do latifúndio e do agronegócio; descriminalização e legalização das drogas; desmilitarização da polícia militar, fim da intervenção militar nas comunidades do Rio de Janeiro; fim de toda legislação repressiva e de criminalização contra os pobres, negros/negras, lutadores e lutadoras, fim das perseguições às religiões de matriz africanas, fim da violência contra as mulheres negras, estupro, feminicídio. Fim da Lgbtphobia e transfobia. Educação, saúde, transporte, públicos gratuitos e de qualidade. Geração de emprego e renda.

O machismo e a exploração seguem matando as mulheres no Brasil e no Maranhão. A violência e o feminicídio crescem assustadoramente no Maranhão. Em 2015 foram 25 mulheres assassinadas, em 2016 – 28 e 2017 – 47. Neste ano de 2018 já foram 20 casos. No Brasil, o assassinato de mulheres negras representam 65% dos casos.

O Brasil também é o país que mais mata LGBTs. Dados demonstram que a cada 19 um LGBT é assassinado. Em 2017 foram registrados 445 casos de assassinatos de homossexuais segundo o levantamento do Grupo Gay da Bahia. De acordo com a ONG *Transgender Europe*, entre 2008 e junho de 2016, 868 travestis e transexuais perderam a vida de forma violenta.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais enormes setores da classe trabalhadora. O racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são usados para aumentar os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária, seja pelo preconceito e discriminação, seja pela violência policial.

Defendemos a aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, o fim do genocídio da população negra e dos LGBTs, assim como a criminalização da homofobia.

No governo do PSTU teremos políticas de combate a qualquer discriminação e a homofobia será combatida com muita força, pois não aceitamos qualquer discriminação. Será garantida a Lei estadual nº 844/06 que dispõe sobre penalidades aos que praticam discriminação em virtude da orientação sexual.

## **12. Estatização do transporte, acessibilidade e mobilidade urbana**

Todos os dias, milhares de trabalhadores (as) são transportados em veículos precários, inseguros e de alto custo nas grandes cidades do Estado. O Transporte coletivo é um serviço público que por meio de concessão é repassado a uma meia dúzia de empresários que exploram os usuários e seus funcionários com altas tarifas e baixos salários. É preciso acabar com os privilégios dos grandes empresários.

É necessário priorizar o pedestre sobre todos os modos de transporte, os não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, permitindo uma mobilidade mais rápida e segura.

Defendemos uma empresa de transporte urbano estadual que garanta passagem mais barata e passe livre para estudantes e desempregados, rumo a tarifa zero. Também estatizaremos os serviços de travessia de *ferry-boat* para dar qualidade e garantir menores preços para a população.

No tocante à mobilidade urbana e acessibilidade, é necessário um amplo processo de reforma nas cidades que garanta calçadas e passeios públicos acessíveis para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, assim como instalação de sinais sonoros.

A política de acessibilidade do estado do Maranhão precisa garantir o acesso de todas as pessoas aos equipamentos, meios de transporte e de comunicação e espaços de uso público, visando assegurar os direitos fundamentais da pessoa, priorizando as com deficiências e/ou com mobilidade reduzida.

## **13. Esporte e Lazer**

O estado deve garantir à população acesso universal ao esporte e lazer. Devem ser criados espaços nas várias regiões do estado para a prática de atividades físicas e esportivas e garantia das manifestações artísticas.

Essa iniciativa deve ser associada à educação pública por meio da construção de praças esportivas e teatro nas escolas públicas e com as mesmas abertas à comunidade.

O Estado deve estimular certames esportivos estudantis e amadoras assim como festivais artísticos como forma de tornar possível a descoberta de novos talentos.

## **14. Turismo**

O turismo deve ter uma relação estreita com a cultura e a garantia da preservação do patrimônio histórico e o meio ambiente. Manteremos um calendário anual de atividades culturais no estado.

Faremos investimentos públicos nas várias regiões para que se evite a privatização dos vários pontos turísticos no estado, muitos deles ocupados e em desrespeito às áreas de preservação ambiental.

## **15. Por um novo plano de Segurança Pública**

A violência e a insegurança no Brasil e no Maranhão são assustadoras e estão em primeiro plano nos reclames da população. Quem tem dinheiro contrata vigilância eletrônica, segurança particular e compra carro blindado. Quem não tem, pode ser assaltado dentro do ônibus, no caminho

do trabalho ou da residência, principalmente as mulheres pobres da periferia que estão em situação de maior vulnerabilidade.

Todos lembramos a carnificina ocorrida nas rebeliões que ocorreram no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Na CADET, onde estourou a última rebelião com 13 mortos e 40 feridos, tinha mais de 600 detentos, quando a capacidade era para 200. São esses jovens desempregados, negros em sua maioria, com baixa escolaridade, que estão sendo arrastados para o crime e suas respectivas facções. O crescimento dos casos de homicídios praticados contra jovens negros no Maranhão alcançou a impressionante marca de 209% segundo dados do Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil.

O Maranhão tem uma população carcerária acima de 8,8 mil pessoas e dispõe de 5,2 mil vagas para acomodá-las, o que lhe dá um *deficit* carcerário de 3,5 mil vagas e uma taxa de ocupação de 167%. O estudo revela que 59% dos prisioneiros do Maranhão estão encarcerados sem nenhum tipo de condenação e que a grande maioria dos prisioneiros maranhenses, 84%, é de cor negra, 15% de cor branca e 1% amarela.

É hora de discutir com seriedade o tema da violência, e encarar o desafio de apontar uma resposta de esquerda a este problema. Existem duas causas básicas do aumento da violência, que são inerentes ao sistema capitalista e seus planos neoliberais: o desemprego e a miséria.

O PSTU implementará um plano de emergência que entre vários pontos contenha um plano de obras públicas que gere empregos, a democratização da Justiça, prevenção social do crime e da violência, garantia de políticas de educação, punição exemplar aos grandes corruptos e corruptores e fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança que são fundamentais para discutir a melhor política de segurança para o estado. Defendemos o fim da PM e uma polícia civil unificada e controlada pela população. Defendemos a legalização das drogas. Não à criminalização dos pobres e dos lutadores e lutadoras.

## **16. Conselhos populares**

Por fim, defendemos a criação dos conselhos populares que pensem e definam todo o orçamento do Estado que deve estar a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras que possuem a capacidade de definir qual a melhor maneira e com o que deve ser gasto o orçamento estadual. Trata-se de uma forma também de educar o nosso povo para com suas reflexões e decisões contribuir juntamente com as lutas diretas no fim de todas as desigualdades, injustiças e exploração da nossa classe, impulsionando a auto-organização dos trabalhadores e dos setores populares. Por um governo socialista dos trabalhadores. Operários e o povo pobre no poder.

Fazemos um chamado a todos os trabalhadores e trabalhadoras a se rebelar nessa eleição e construir a luta direta para a garantia dos nossos direitos. Só a luta muda a vida. O Brasil precisa de uma revolução socialista.

***Ramon Zapata - candidato à Governador.  
Ncinha Durans - candidata a Vice-Governadora.***